



Relatório e Contas

Poupança PPR/OICVM

IMGA Fundo de Investimento Aberto
de Poupança Reforma

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	14
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	17
Eventos Subsequentes	18
Notas Informativas	21
Balanço	32
Demonstração de Resultados	35
Demonstração de Fluxos de Caixa	37
Anexo às Demonstrações Financeiras	39
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	55
Relatório de Auditoria	69



i m | g | a |

Relatório de Gestão

4

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 5 de maio de 2003 como Fundo de Poupança Reforma/Educação, tendo sido transformado em Fundo de Poupança Reforma em 11 de janeiro de 2007, com a denominação Millennium Poupança PPR.

Em 2015 alterou a sua denominação para IMGA Poupança PPR, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

Em agosto de 2018 o fundo foi transformado em Organismo de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, tendo alterado a sua denominação para IMGA Poupança PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 4 de maio de 2021.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do “travão da dívida”, que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado “*liberation day*” (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas “recíprocas” sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subseqüentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas “recíprocas” a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de “apenas” 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da “*One Big Beautiful Bill*” no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de

100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos - fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos

estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spread* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de *carry* originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spreads* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos

neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expectativas de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%,

impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do Brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

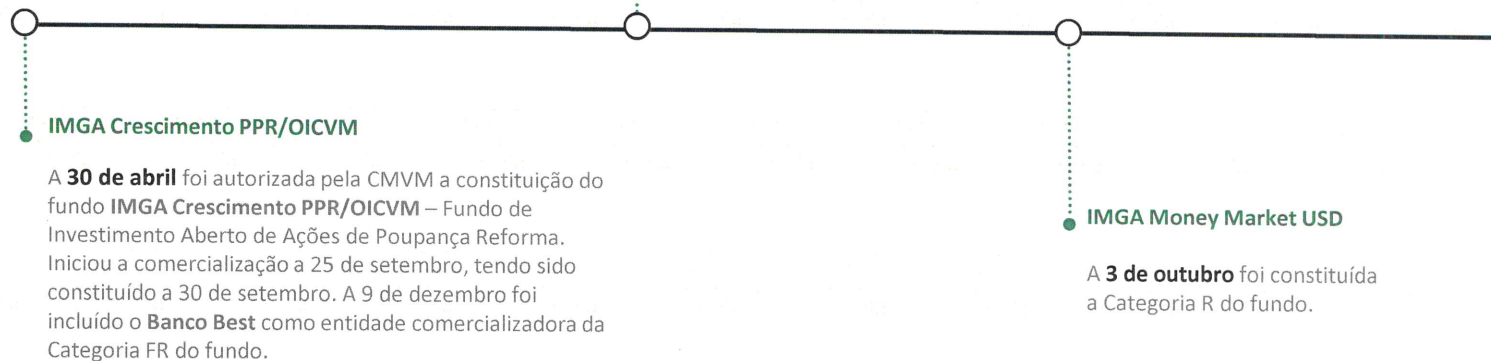
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Principais Eventos



IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Fusões/Liquidações de fundos

Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo “Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

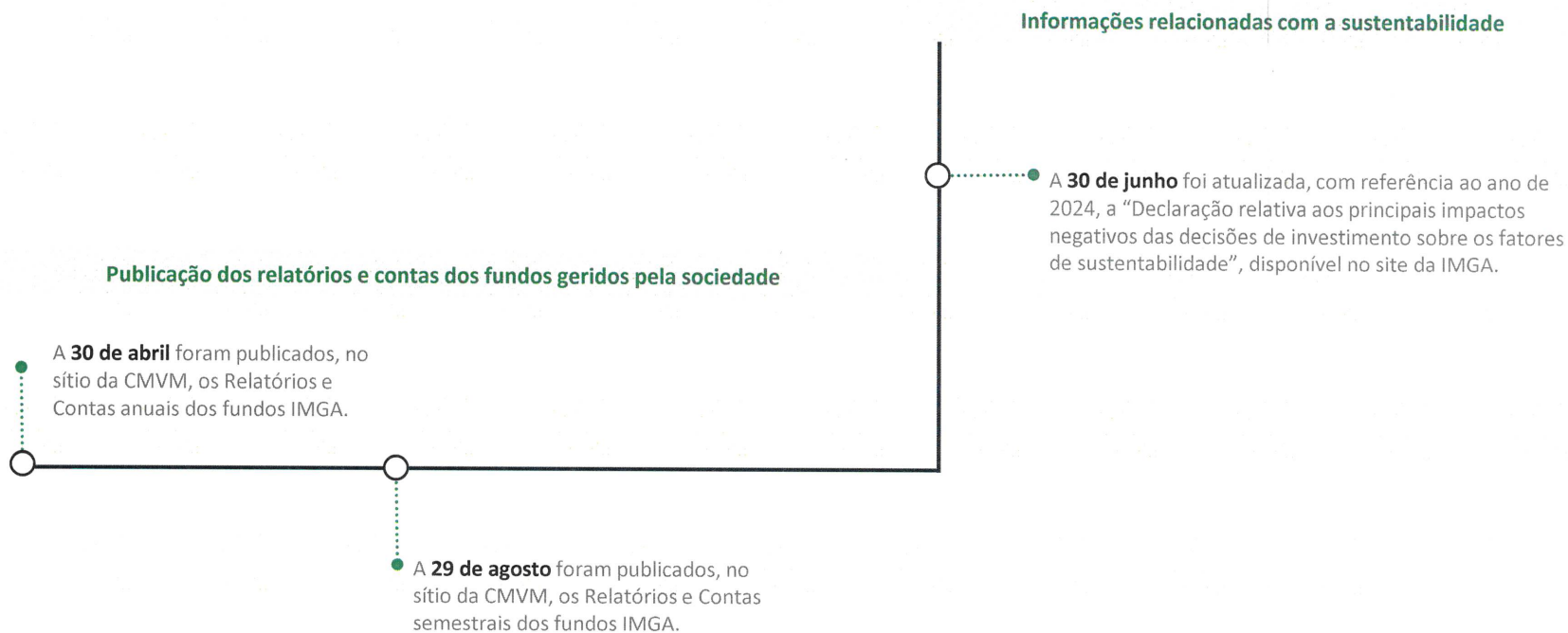
Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Num contexto marcado por maior incerteza geopolítica e por novas tensões comerciais, com impacto na volatilidade e nas expectativas de crescimento, a generalidade dos fundos multiativos e PPR registaram rendibilidades positivas em 2025, com a volatilidade a manter-se em níveis contidos.

Em termos de rendibilidades anualizadas a 1 ano (Categoria A, como referência), registaram-se resultados positivos e diferenciados: IMGA Alocação Defensiva 2,7%, IMGA Flexível 3,2%, IMGA Alocação Conservadora 3,2%, IMGA Alocação Moderada 4,3% e IMGA Alocação Dinâmica 6,7%. Nos PPR, a rendibilidade anualizada a 1 ano foi de 3,2% no IMGA Poupança PPR e 4,2% no IMGA Investimento PPR.

Nos PPR Ciclo de Vida ABANCA, as rendibilidades anualizadas a 1 ano situaram-se entre 3,1% (+55) e 5,1% (-34). O Eurobic Seleção TOP registou 4,05%.

O saldo de subscrições líquidas em 2025 foi negativo nos fundos multiativos (aproximadamente €82M), com maior impacto no IMGA Alocação Conservadora (€74M).

Nos PPR, o saldo também foi negativo (aproximadamente €23M), refletindo sobretudo o IMGA Poupança PPR (€28,4M), parcialmente compensado por subscrições líquidas positivas no IMGA Investimento PPR (€2,5M), no IMGA Crescimento PPR (€1,3M) e nos PPR Ciclo de Vida ABANCA (€1,6M, no conjunto).

As rendibilidades positivas observadas em 2025 contribuíram para reforçar o desempenho desta tipologia ao longo do ano.

O IMGA Crescimento PPR teve início a 30 de setembro de 2025, pelo que ainda não apresenta rendibilidade anualizada a 1 ano; este fundo vem complementar a oferta de Planos Poupança Reforma da IMGA, com um perfil de volatilidade superior, dado poder investir até 100% em ações.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA FLEXIVEL CAT A	3,18%	5,86%	4	4,46%	4,53%	3	0,43%	5,38%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	3,28%	5,85%	4	4,57%	4,52%	3	0,47% (*)	5,40%	4
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	2,72%	3,20%	3	4,36%	3,70%	3	-0,15%	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	2,65%	3,21%	3	4,38% (*)	3,70%	3	-0,14% (*)	4,28%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	3,18%	4,45%	3	5,03%	4,25%	3	0,82%	5,41%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	3,48%	4,52%	3	5,69%	4,45%	3	1,2% (*)	5,51%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	4,32%	6,51%	4	6,58%	5,66%	4	2,79%	6,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	4,23%	6,62%	4	6,78%	5,75%	4	2,91% (*)	6,75%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	6,73%	10,70%	5	9,46%	8,90%	4	5,09%	9,76%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	6,73%	10,71%	5	9,51%	8,92%	4	5,1% (*)	9,78%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	4,05%	3,14%	3	4,51%	2,96%	3	1,27%	3,17%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	3,20%	4,42%	3	5,06%	4,23%	3	0,77%	5,39%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	3,20%	4,42%	3	5,07%	4,24%	3	0,8% (*)	5,40%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,64%	4	2,56%	6,68%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	4,20%	6,50%	4	6,37%	5,63%	4	2,56% (*)	6,68%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	5,07%	7,64%	4	7,24%	6,48%	4	3,14%	6,89%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	4,98%	6,85%	4	7,02%	5,92%	4	3,02%	6,33%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	3,91%	4,85%	3	5,55%	4,42%	3	1,57%	4,83%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	3,10%	3,12%	3	4,02%	3,24%	3	0,09%	3,65%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

Data de referência: 31 de dezembro de 2025

O fundo IMGA Crescimento PPR foi constituído a 30 de setembro de 2025, pelo que não são apresentadas rendibilidades

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

O ano de 2025 voltou a ser um ano de rendibilidades positivas para o Fundo, constituindo-se como o terceiro ano consecutivo de ganhos, depois do ano negativo de 2022.

O ano foi caracterizado por elevada volatilidade, principalmente no primeiro semestre, induzida pelo anúncio de um plano de investimento ambicioso na Alemanha para os próximos anos, pelas políticas mais agressivas do que o esperado do presidente Donald Trump, nomeadamente no que respeita às relações comerciais, à independência da Reserva Federal, à imigração e à política fiscal, e pelos riscos geopolíticos globais que se mantiveram elevados. Estes eventos acabaram por impactar significativamente os números macroeconómicos a longo do ano, trazendo também a estes muita oscilação, basta recordar a antecipação das exportações para os EUA nos primeiros meses do ano de forma a evitar as tarifas comerciais, o impacto no mercado laboral dos EUA da diminuição da imigração ou o aumento do investimento resultante da política fiscal implementada.

Em termos de estimativas, assistimos durante a primeira metade do ano a revisões significativas em baixa do crescimento económico global e em alta da inflação global, revisões estas que viriam a reverter gradualmente ao longo do segundo semestre do ano, à medida que a incerteza diminuía, nomeadamente com a

implementação das tarifas anunciadas a ser gradualmente substituída por acordos comerciais mais favoráveis.

Apesar da incerteza generalizada, a economia global mostrou-se bastante resiliente e a inflação global voltou a retroceder, não se confirmando os piores receios de que o crescimento económico seria mais fraco do que o inicialmente estimado e de que a inflação nos EUA iria aumentar significativamente com a implementação das tarifas. Este contexto permitiu a vários bancos centrais reduzir as suas taxas de juro, nomeadamente a Reserva Federal norte-americana e o Banco Central Europeu (BCE).

Ao nível fiscal, os governos continuaram a estimular a economia de uma forma global, com os EUA a aprovarem um orçamento mais expansionista do que o antecipado, a Alemanha a apresentar um plano de investimento ambicioso para os próximos anos, a China, mais cirúrgica, mas também a intervir quando necessário, e o Japão em vias de reforçar significativamente os estímulos fiscais no próximo ano depois da mudança de liderança política ocorrida. Por outro lado, os riscos geopolíticos acabaram por não ter um impacto muito significativo nos mercados financeiros, apesar de se terem intensificado alguns focos de tensão, como é o caso da Venezuela e do Irão, e de não se ter chegado a uma resolução dos conflitos na Ucrânia e na faixa de Gaza.

Neste contexto, os mercados financeiros acabaram por valorizar, com a maioria dos ativos financeiros a apresentar retornos positivos. As taxas de juro nos prazos mais longos subiram na Europa de forma relevante, penalizando a dívida governamental, mas dada a componente de rendimento, ainda conseguiu devolver um retorno positivo, embora inferior a 1%. Nos EUA, e apesar de toda a incerteza sobre o recuo da inflação e a independência da Reserva Federal, as taxas de juro recuaram de forma significativa, tendo os *treasuries* devolvido uma performance bastante atrativa. Ao nível do crédito, os *spreads* empresariais beneficiaram do apetite dos investidores e da resiliência económica, que se traduziu em taxas de incumprimento relativamente baixas, e estreitaram de forma significativa, levando a retornos positivos tanto no segmento de *investment grade*, como de *high yield* ou na dívida de mercados emergentes.

Os mercados acionistas, por seu lado, beneficiaram do crescimento dos resultados das empresas e de um *repricing* em alta na generalidade dos mercados acionistas. Ao nível dos retornos em euros das principais geografias, é de destacar pela positiva o mercado acionista europeu e de mercados emergentes, enquanto pela negativa se destacou o mercado norte-americano penalizado pelo câmbio.

O dólar acabou mesmo por ser um dos ativos mais penalizados pelos investidores ao longo de 2025, dadas as políticas do presidente Donald Trump, tendo desvalorizado contra as principais moedas, sendo que face ao euro depreciou mais de 10%.

A componente de matérias-primas também teve um comportamento positivo, sendo fortemente impulsionada pelos metais preciosos, que beneficiaram de toda o ambiente de tensão geopolítica que se fez sentir e da procura por parte de vários Bancos Centrais e de diferentes tipos de investidores. Pela negativa, destaque para a componente energética, o que acabou por ser benéfico para a inflação e para o consumo privado.

O Fundo entrou em 2025 com um posicionamento pró-risco, com uma exposição a ações acima do que tem sido o seu histórico mais recente, com uma preferência por crédito em detrimento de governos, e uma ligeira exposição a

alternativos, onde encontramos fontes de risco e retorno diferentes dos restantes ativos em carteira.

A exposição a ações justificava-se dada a perspetiva interessante de crescimento de resultados, impulsionada pelas empresas relacionadas com a inteligência artificial, quer fossem as que fornecem a infraestrutura necessária ou as soluções a implementar, quer fossem aquelas que beneficiam da implementação destas soluções.

A exposição demonstrava inicialmente um viés mais acentuado para os EUA, onde acreditávamos que as políticas da Administração Trump seriam “pró-business”, nomeadamente as associadas aos cortes de impostos e à desregulação, dada a sua maior exposição ao setor tecnológico.

Com o aumento da incerteza relativamente às políticas do presidente norte-americano, dos temas geopolíticos e com a desvalorização do dólar, acabámos por diversificar esse viés para outras geografias.

A exposição a ações foi reduzida temporariamente a meio do ano, após o mercado ter encetado alguma recuperação e dado que a incerteza macroeconómica e geopolítica ainda era elevada, mas a redução desta incerteza, nomeadamente com o estabelecimento de vários acordos comerciais, e a melhoria das perspetivas económicas levaram-nos a reforçar novamente a exposição acionista.

Em termos setoriais destaque para os enviesamentos bem-sucedidos em inteligência artificial e cibersegurança, que beneficiaram do crescimento significativo dos resultados das empresas destes setores, e para o setor da defesa, que beneficiou não só dos conflitos geopolíticos, como da necessidade de vários países reforçarem os seus gastos em defesa e de se terem comprometido a fazê-lo.

Menos bem sucedido foi o investimento em *healthcare*, uma vez que o setor, embora transacionasse a níveis de valorização interessantes, foi penalizado no primeiro

semestre do ano pelas opções políticas do presidente norte-americano. Esta situação inverteu-se nos últimos meses do ano, com o setor a recuperar folego.

A exposição ao crédito manteve-se relevante ao longo do ano, uma vez que acreditávamos que os *spreads* se manteriam suportados dados os fundamentais sólidos das empresas e a ausência de uma perspetiva de recessão.

Por outro lado, a exposição a dívida governamental permaneceu limitada uma vez que, em termos relativos, preferíamos crédito empresarial, dado o *carry* mais interessante, a visão positiva para os *spreads* empresariais e a pressão sobre os níveis de dívida pública.

A exposição a duração mesmo assim permaneceu relevante, principalmente na Europa, dado que a perspetiva de crescimento abaixo do potencial e de queda da inflação, fazia antever que o BCE iria, tal como se verificou, cortar as taxas de juro, deixando de ter uma política monetária restritiva, passando a território neutral.

A duração foi gerida de forma ativa, acabando por ser reduzida na Europa dada a perspetiva de um aumento do endividamento nos próximos anos, e nos EUA dado o receio do impacto que as tarifas poderiam vir a ter na inflação e o cada vez maior *term premium* que os investidores exigiam para investir nas obrigações governamentais norte-americanas, dada a situação fiscal do país, a incapacidade de reduzir os défices e o receio de perda de independência da Reserva Federal.

Ao nível dos alternativos, iniciámos o ano expostos a este segmento, nomeadamente

na componente de fundos de retorno absoluto e de matérias-primas.

A exposição a fundos de retorno absoluto foi diversificada em várias estratégias que acabaram por se revelar positivas para a performance da carteira, enquanto a exposição a metais preciosos, embora de menor dimensão, acabou por ter uma valorização muito expressiva.

A exposição aos alternativos foi reforçada ao longo do ano, na procura de fontes de alfa diversificadoras e à medida que o seu valor relativo aumentava.

Em termos de contributos para a performance do Fundo, todas as grandes classes de ativos contribuíram positivamente, sendo de destacar na componente obrigacionista, a contribuição do crédito, nomeadamente o norte-americano e de mercados emergentes, na componente acionista, o contributo das

ações europeias e, nos alternativos, a valorização dos metais preciosos. Pela negativa, o destaque foi o impacto da desvalorização do dólar, uma vez que alguns ativos se encontram expostos ao câmbio.

No ano de 2025, o IMGA Poupança PPR/OICVM apresentou uma rentabilidade de 3,2% no ano nas categorias A e R.

O valor líquido global situou-se em €416,2M, uma redução de 3,6% face aos €431,6M do final de 2024. As vendas líquidas foram negativas em €28,4M, com subscrições de €13,9M e resgates de €42,4M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos Multiativos e PPR
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores			
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor

externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito. Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho. As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de

Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior. Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados. Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

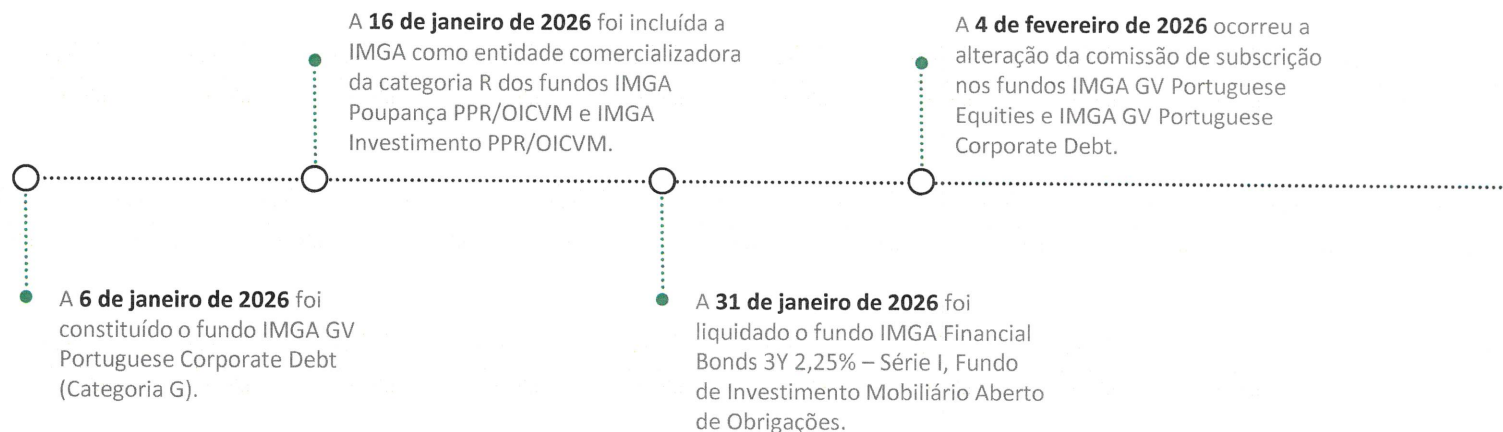
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes



A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

- IMGA Ações Portugal
- IMGA Portuguese Corporate Debt
- IMGA Money Market
- IMGA Liquidez
- IMGA Euro Taxa Variável
- IMGA GV Portuguese Corporate Debt
- IMGA GV Portuguese Equities
- IMGA European Equities
- IMGA Global Equities Selection
- IMGA Poupança PPR/OICVM
- IMGA Investimento PPR/OICVM
- IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

IMGA POUPANÇA PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma

Data de Constituição:

5 de maio de 2003

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:

(31 de dezembro de 2025)

416 225 154 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
IMGA POUPANÇA PPR CAT A										
Rendibilidade	1,0%	2,7%	-5,7%	7,3%	1,8%	5,5%	-15,2%	6,5%	5,6%	3,2%
Risco (nível)	3	2	3	3	5	3	4	3	3	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT R										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-15,2%	6,5%	5,6%	3,2%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	4	3	3	3

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo fundo, notações de *rating* equivalente aos escalões superiores (*“investment grade”*) das agências de *rating*. O Fundo pode investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em fundos geridos pela Sociedade Gestora.

O Fundo pode investir no máximo 35% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.

Para efeitos de gestão de liquidez e até ao limite de 20%, o fundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.

O fundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do subfundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos. O fundo pode estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 25% do seu valor líquido global do fundo.

O fundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolhe, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do fundo, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

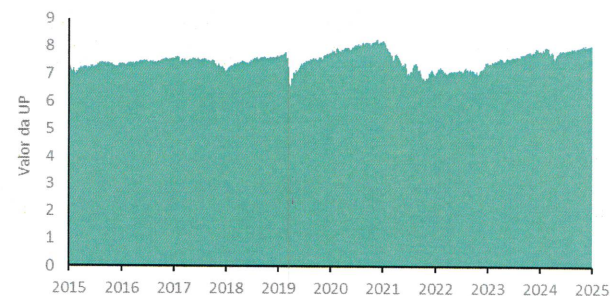


EVOLUÇÃO DO FUNDO

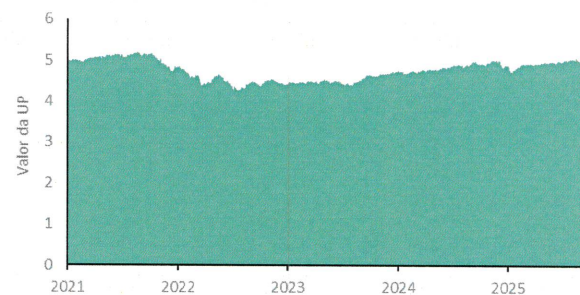
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria A



Categoria R



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
IMGA POUPANÇA PPR CAT A					
Nº. UP's em circulação	65 307 207,5867	64 166 869,3020	59 769 153,7194	55 048 488,1882	51 440 374,2401
Valor Unitário UP (Euro)	8,2156	6,9704	7,4226	7,8389	8,0901
IMGA POUPANÇA PPR CAT R					
Nº. UP's em circulação	200,4009	837,8040	8 376,0095	12 600,9727	13 927,2176
Valor Unitário UP (Euro)	5,1559	4,3709	4,6567	4,9182	5,0754

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

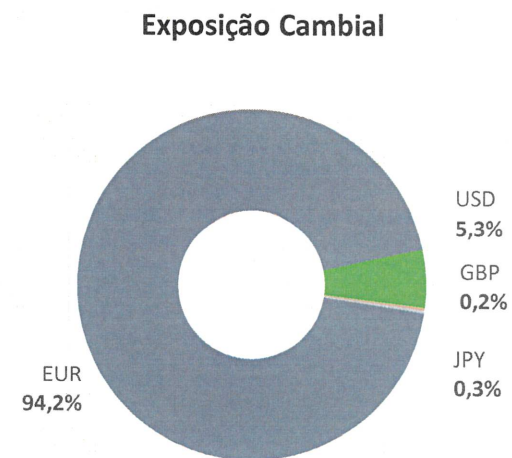
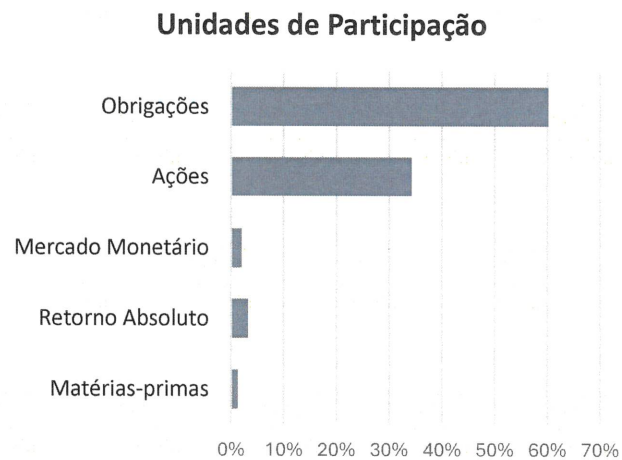
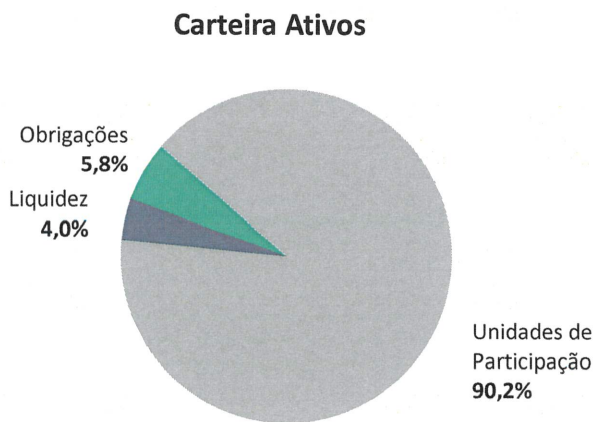
31.12.2025

Valores mobiliários	409 071 874
Saldos bancários	4 688 994
Outros ativos	5 329 798
Total dos ativos	419 090 666
Passivos	2 865 513
Valor Líquido de Inventário	416 225 154



(Handwritten mark)

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	1 099 975	18 215	-	1 118 190	17 494	1 135 684	0%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	21 186 594	216 268	38 365	21 364 496	246 807	21 611 304	5%
<i>O.M. Regulamentados Estados UEs</i>	699 464	1 939	418	700 985	4 317	705 302	0%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	899 992	6 538	1 452	905 078	3 167	908 245	0%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	358 860 100	28 187 739	2 064 713	384 983 125	-	384 983 125	94%
TOTAL	382 746 124	28 430 698	2 104 948	409 071 874	271 785	409 343 660	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	1 263 845
Outros investimentos	245 202
Mais-valias de investimento	86 874 069
Custos	
Custos de gestão	(4 183 230)
Custos de depósito	(250 995)
Outros encargos, taxas e impostos	(511 728)
Menos-valias de investimentos	(70 354 227)
Lucro líquido	13 082 935
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	13 921 754
Resgates	(42 358 986)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA POUPANÇA PPR CAT A		IMGA POUPANÇA PPR CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	443 638 788	7,4226	39 004	4,6567
31.12.2024	431 517 477	7,8389	61 974	4,9182
31.12.2025	416 154 467	8,0901	70 686	5,0754

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2025
Operações Cambiais	(17 446 046)	146 517 304	(121 538 707)	(15 636)	7 516 915
Operações sobre Taxas de Juro	39 560 008	430 524 369	(437 916 571)	219 371	32 387 177
Operações sobre Índices	9 156 748	295 299 519	(297 845 353)	(309 032)	6 301 881



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

i m g a

Balanco

		ATIVO				
Código	Designação	31.12.2025			31.12.2024	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	23 886 025	242 960	(40 235)	24 088 749	25 179 383
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	358 860 100	28 187 739	(2 064 713)	384 983 125	394 607 577
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					2 900 000
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>382 746 124</u>	<u>28 430 698</u>	<u>(2 104 948)</u>	<u>409 071 874</u>	<u>422 686 960</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	5 056 251			5 056 251	6 836 862
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>5 056 251</u>			<u>5 056 251</u>	<u>6 836 862</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	4 688 994			4 688 994	9 364 030
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>4 688 994</u>			<u>4 688 994</u>	<u>9 364 030</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proveitos	273 546			273 546	252 177
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>273 546</u>			<u>273 546</u>	<u>252 177</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>392 764 916</u>	<u>28 430 698</u>	<u>(2 104 948)</u>	<u>419 090 666</u>	<u>439 140 029</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				51 440 374	55 048 488
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				13 927	12 601

		PASSIVO	
Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	257 266 619	275 301 730
62	Variações Patrimoniais	126 536 409	136 938 530
64	Resultados Transitados	19 339 191	(4 520 693)
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	13 082 935	23 859 884
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>416 225 154</u>	<u>431 579 451</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	322 252	286 213
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	392 875	418 381
424+...+429	Outras contas de Credores	2 100 719	6 838 083
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>2 815 846</u>	<u>7 542 676</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	47 846	3 690
56	Receitas com Provento Diferido	1 345	13 765
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	476	447
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>49 667</u>	<u>17 902</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>419 090 666</u>	<u>439 140 029</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	<u>8,0901</u>	<u>7,8389</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	<u>5,0754</u>	<u>4,9182</u>

(Valores em EUR)

Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	7 516 915	
	<i>Total</i>	<u>7 516 915</u>	
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	32 387 177	42 700 800
	<i>Total</i>	<u>32 387 177</u>	<u>42 700 800</u>
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	17 082 234	15 421 239
	<i>Total</i>	<u>17 082 234</u>	<u>15 421 239</u>
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>56 986 326</u>	<u>58 122 039</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>10 780 353</u>	<u>26 851 330</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

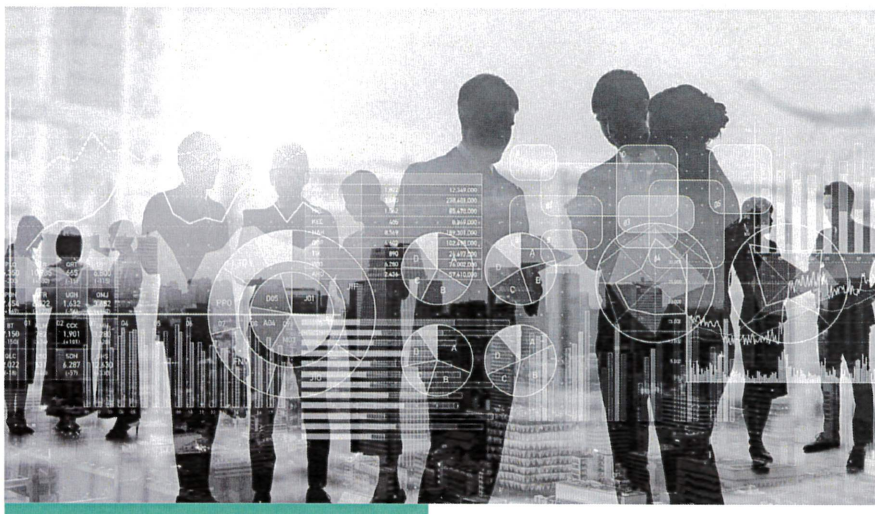
Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		17 446 046
	<i>Total</i>		<u>17 446 046</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		3 140 792
	<i>Total</i>		<u>3 140 792</u>
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	10 780 353	6 264 491
	<i>Total</i>	<u>10 780 353</u>	<u>6 264 491</u>
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>10 780 353</u>	<u>26 851 330</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>56 986 326</u>	<u>58 122 039</u>



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025



(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		13 921 754		12 012 534
Subscrição de unidades de participação	13 921 754		12 012 534	
PAGAMENTOS:		42 322 948		48 265 392
Resgates de unidades de participação	42 322 948		48 265 392	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(28 401 194)		(36 252 858)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		379 699 800		1 105 358 566
Venda de títulos e outros ativos	21 743 909		767 556 300	
Reembolso de títulos e outros ativos	8 282 727		35 484 486	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	348 643 334		301 055 475	
Rendimento de títulos e outros ativos	229 845		297 045	
Juros e proveitos similares recebidos	799 986		965 260	
PAGAMENTOS:		349 464 841		1 069 326 500
Compra de títulos e outros ativos	28 313 476		791 265 086	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	320 883 290		277 896 849	
Comissões de corretagem	260 996		157 029	
Outras taxas e comissões	146		338	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	6 933		7 199	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		30 234 958		36 032 065
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		191 664 636		230 608 215
Operações cambiais	10 567 879		9 027 577	
Operações de taxa de juro	8 452 087		23 740 134	
Operações sobre cotações	38 356 867		49 294 527	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	51 612 023		43 743 084	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	82 675 778		104 802 893	
PAGAMENTOS:		193 796 698		227 749 899
Operações cambiais	12 180 041		9 373 030	
Operações de taxa de juro	8 631 235		23 617 760	
Operações sobre cotações	38 149 261		47 442 438	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	51 376 357		44 370 923	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	83 459 804		102 945 747	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(2 132 062)		2 858 316
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		86 338		501 297
Juros de depósitos bancários	86 338		501 297	
PAGAMENTOS:		4 708 275		4 906 875
Juros devedores de depósitos bancários	5 920		428	
Comissão de gestão	4 360 476		4 554 202	
Comissão de depósito	262 094		273 312	
Taxa de supervisão	64 752		67 432	
Impostos e taxas	15 033		11 501	
Outros pagamentos correntes	2		0	
Fluxo das operações de gestão corrente		(4 621 937)		(4 405 578)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		245 199		88 807
Ganhos extraordinários	245 199		88 807	
Fluxo das operações eventuais		245 199		88 807
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(4 675 036)		(1 679 248)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		9 364 030		11 043 277
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		4 688 994		9 364 030



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025



INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Poupança PPR/OICVM Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 28 de março de 2003, tendo iniciado a sua atividade em 5 de maio de 2003.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo fundo, notações de *rating* equivalente aos escalões superiores (“*investment grade*”) das agências de *rating*. O fundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações, incluindo o investimento em fundos geridos pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da Categoria A foi de cinco euros. Para efeitos de constituição da Categoria R o valor inicial é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	275 301 730	8 761 204	7 618	(26 802 932)	(1 000)				257 266 619
Diferença p/Valor Base	136 938 530	5 152 975	(43)	(15 555 051)	(2)				126 536 409
Resultados distribuídos	-								-
Resultados acumulados	(4 520 693)						23 859 884		19 339 191
Resultados do período	23 859 884						(23 859 884)	13 082 935	13 082 935
SOMA	431 579 451	13 914 179	7 575	(42 357 984)	(1 002)	-	-	13 082 935	416 225 154
Nº de Unidades participação									
Categoria A	55 048 488	1 752 473		(5 360 586)					51 440 374
Categoria R	12 601		1 527		(200)				13 927
Valor Unidade participação									
Categoria A	7.8389								8.0901
Categoria R	4.9182								5.0754

Em 31 de dezembro de 2025 existiam 16 783 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	8.0901	416 154 467	51 440 374	5.0754	70 686	13 927	416 225 154	51 454 301
	30-09-25	7.9646	413 751 147	51 949 318	4.9971	68 057	13 619	413 819 204	51 962 938
	30-06-25	7.8673	417 659 048	53 088 299	4.9359	65 101	13 189	417 724 150	53 101 488
	31-03-25	7.7654	418 270 788	53 863 710	4.8721	62 577	12 844	418 333 365	53 876 555
Ano 2024	31-12-24	7.8389	431 517 477	55 048 488	4.9182	61 974	12 601	431 579 451	55 061 089
	30-09-24	7.8068	437 811 910	56 080 864	4.8981	59 220	12 091	437 871 130	56 092 955
	30-06-24	7.5858	435 199 979	57 370 952	4.7592	45 588	9 579	435 245 567	57 380 531
	31-03-24	7.5739	444 955 896	58 749 007	4.7517	42 514	8 947	444 998 410	58 757 954
Ano 2023	31-12-23	7.4226	443 638 788	59 769 154	4.6567	39 004	8 376	443 677 792	59 777 530
	30-09-23	7.0596	432 019 191	61 195 999	4.4290	32 313	7 296	432 051 505	61 203 295
	30-06-23	7.1443	446 103 536	62 442 649	4.4820	32 701	7 296	446 136 237	62 449 945
	31-03-23	7.0794	447 805 188	63 255 342	4.4413	32 403	7 296	447 837 592	63 262 638

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	2
5% ≤ UPs < 10%	-	1
2% ≤ UPs < 5%	-	5
0.5% ≤ UPs < 2%	-	6
UPs < 0.5%	24 514	5
TOTAL	24 514	20

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Futuros	872 341 192	-	857 300 631	-	1 729 641 824	-
Obrigações	20 436 054	-	19 270 208	-	39 706 261	-
Opções	11 247 800	-	5 378 025	-	16 625 825	-
Papel Comercial	-	3 000 000	-	-	-	3 000 000
Unidades de Participação	899 541 682	-	950 055 874	-	1 849 597 557	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	13 921 754	-
Resgates	42 358 986	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	500 513	4 197	-	504 710	9 062	513 772
Floene Energias SA 4.875 03/07/28	299 400	12 786	-	312 186	7 252	319 438
Intesa Sanpaolo SPA Float 16/04/27	100 062	284	-	100 346	553	100 899
Unicredit SPA Float 20/11/28	200 000	948	-	200 948	627	201 575
	1 099 975	18 215	-	1 118 190	17 494	1 135 684
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	399 560	984	-	400 544	11 397	411 941
Aprr SA 3.125% 06/01/34	494 390	-	(8 985)	485 405	15 368	500 773
BNP Paribas Float 20/03/29	499 760	1 880	-	501 640	348	501 988
BPCE SA 3.875% 11/01/29	310 416	-	(3 075)	307 341	11 275	318 616
Banco BPM SPA Var 09/09/30	199 092	5 514	-	204 606	2 399	207 005
Banco Bilbao Viscaya ARG Var 15/10/173	202 680	-	(2 398)	200 282	2 532	202 814
Banco Bilbao Viscaya ARG Var 15/09/33	214 618	-	(2 310)	212 308	3 371	215 679
Banco CTT Var 17/11/28	199 648	728	-	200 376	904	201 280
Banco Comercial Português Var 24/06/31	398 524	248	-	398 772	6 507	405 279
Banco Santander SA Var 14/04/73	397 200	3 116	-	400 316	3 740	404 056
Banco de Credito Social Var 13/06/31	199 982	-	(108)	199 874	3 855	203 729
Banco de Sabadell SA Var 08/09/29	531 960	1 485	-	533 445	8 589	542 034
Bank Of Nova Scotia Float 06/03/29	300 000	1 275	-	301 275	541	301 816
Bank of Ireland Group Var 13/11/29	298 860	15 612	-	314 472	1 825	316 297
Bankinter SA Var 15/05/71	200 500	14 294	-	214 794	1 859	216 653
Bankinter SA Var 23/12/32	199 594	-	(4 830)	194 764	55	194 819
Bankinter SA Var 30/09/173	200 000	6 082	-	206 082	33	206 115
Belfius Bank SA/NV 3.75% 22/01/29	205 522	-	(1 494)	204 028	7 048	211 076
CA AutoBank SPA IE Float 27/01/28	300 230	1 420	-	301 650	1 552	303 202
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	200 000	520	-	200 520	504	201 024
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/30	401 552	4 348	-	405 900	13 348	419 248
CUF SA 4.75% 11/12/29	157 313	-	(713)	156 600	396	156 996
CaixaBank SA 5.875% Var 09/01/173	197 378	9 830	-	207 208	2 672	209 880
CaixaBank SA Float 26/06/29	500 030	1 830	-	501 860	74	501 934
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	199 363	4 217	-	203 580	5 967	209 547
Citigroup Inc Float 29/04/29	400 860	4 004	-	404 864	2 229	407 093
Coca-Cola HBC Finance BV 3.125% 20/11/32	297 334	-	(2 740)	294 594	1 053	295 647
Commerzbank AG Var 26/11/30	99 881	-	(315)	99 566	317	99 883
Continental AG 2.875% 09/06/29	99 494	-	(79)	99 415	890	100 305
Cooperative Rabobank UA Float 16/07/28	399 680	956	-	400 636	2 159	402 795
Credit Agricole SA 7.25% Var 23/03/73	215 900	-	(1 482)	214 418	318	214 736
Credit Agricole SA Var 23/12/172	196 310	3 448	-	199 758	175	199 933
Danske Bank A/S Float 10/04/29	500 000	1 490	-	501 490	2 983	504 473
Deutsche Bank AG Var 13/08/28	499 512	-	(837)	498 675	5 034	503 709
EDP SA Var 23/04/83	212 160	-	(1 566)	210 594	8 206	218 800
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	300 107	13 210	-	313 317	6 567	319 884
Elect de France Var 15/03/169	185 192	13 952	-	199 144	4 584	203 728
Enagas Financiaciones SA 3.625% 24/01/34	99 901	-	(395)	99 506	3 387	102 893
Erste Group Bank AG Var 15/04/74	400 460	-	(836)	399 624	3 586	403 210
Fedex Corp 3.50% 30/07/32	99 756	-	(173)	99 583	1 477	101 060
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	431 780	6 680	-	438 460	2 718	441 178
Goldman Sachs Group Inc Float 18/12/29	400 000	356	-	400 356	392	400 748
HSBC Holdings PLC Var 3.313 13/05/30	400 000	2 768	-	402 768	8 423	411 191
ING Groep NV Var 03/09/30	298 770	5 424	-	304 194	3 423	307 617
John Deere Capital Corp 3.45% 16/07/32	399 278	5 522	-	404 800	6 352	411 152
KBC Group NV Var 05/03/74	220 900	-	(618)	220 282	5 129	225 411
Leasys SPA Float 29/01/27	300 330	285	-	300 615	1 462	302 077
Linde PLC 3.2% 14/02/31	199 938	1 436	-	201 374	5 611	206 985
Lloyds Banking Group PLC Var 21/09/31	198 847	14 075	-	212 922	2 629	215 551
Mediobanca DI Cred Var 15/01/31	298 491	-	(909)	297 582	10 405	307 987
Mitsubishi HC CAP UK PLC 2.856% 26/11/28	200 000	-	(574)	199 426	548	199 974
Mizuho Financial Group Var 27/08/30	100 000	1 415	-	101 415	1 060	102 475
Morgan Stanley Float 04/05/29	400 040	-	(24)	400 016	1 554	401 570
National Bank of Canada Float 10/03/29	400 079	2 473	-	402 552	681	403 233
Nationwide BLDG Society Float 27/01/29	300 000	1 335	-	301 335	1 552	302 887
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	301 402	-	(601)	300 801	2 404	303 205
Nordea Bank ABP Float 21/02/29	400 000	1 108	-	401 108	1 207	402 315
OMV AG Var 01/09/169	387 178	11 670	-	398 848	8 129	406 977
Pandora A/S 3.875% 31/05/30	396 160	12 564	-	408 724	9 088	417 812
Piraeus Bank SA 3% 03/12/28	99 680	363	-	100 043	230	100 273
Repsol Intl Finance Var 22/03/170	195 690	3 050	-	198 740	3 890	202 630
Royal Bank of Canada Float 13/06/29	300 000	1 194	-	301 194	384	301 578
SNAM SPA Float 15/04/26	300 097	83	-	300 180	1 557	301 737
Servicios Medio Ambiente 3.715% 08/10/31	150 000	-	(647)	149 354	1 282	150 636
Societe Generale Var 01/03/32	299 862	-	(1 497)	298 365	863	299 228
TotalEnergies Cap Intl 3.647% 01/07/35	100 320	-	(1 160)	99 160	1 829	100 989
US Bancorp Float 21/05/28	500 000	1 165	-	501 165	1 592	502 757
Unicredit SPA 3.3% Var 16/07/29	199 754	2 466	-	202 220	3 038	205 258
Veolia Environnement SA Var 20/04/72	273 000	26 742	-	299 742	4 716	304 458
Volkswagen Fin Serv Float 10/06/27	300 375	606	-	300 981	499	301 480
Wells Fargo & Company Float 22/07/28	499 567	1 848	-	501 415	2 640	504 055
MAGEL 4 A 20/07/59	520 337	1 196	-	521 534	2 398	523 932
	21 186 594	216 268	(38 365)	21 364 496	246 807	21 611 304

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA 2.875% 26/08/28	199 796	-	(418)	199 378	2 001	201 379
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	400 000	800	-	400 800	1 229	402 029
Volvo Treasury AB 3.125% 26/08/29	99 668	1 139	-	100 807	1 087	101 894
	699 464	1 939	(418)	700 985	4 317	705 302
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Barclays Plc Float 14/05/29	300 000	2 814	-	302 814	1 233	304 047
UBS Group AG Float 12/05/29	400 000	3 724	-	403 724	1 625	405 349
Zimmer Biomet Holdings 3.518% 15/12/32	199 992	-	(1 452)	198 540	308	198 848
	899 992	6 538	(1 452)	905 078	3 167	908 245
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Ações América - CAT I	684 375	394 273	-	1 078 648	-	1 078 648
IMGA Euro Taxa Variavel - CAT I	5 899 850	141 155	-	6 041 005	-	6 041 005
IMGA European Equities - CAT I	-	656 102	-	656 102	-	656 102
IMGA Financial Bond 3 1/2 CAT A	900 000	17 379	-	917 379	-	917 379
IMGA Liquidez - CAT I	500 000	31 280	-	531 280	-	531 280
IMGA Money Market - CAT I	7 001 009	5 705	-	7 006 713	-	7 006 713
IMGA Rendimento Mais - CAT I	1 513 206	40 151	-	1 553 356	-	1 553 356
	16 498 440	1 286 045	-	17 784 484	-	17 784 484
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	8 613 465	277 113	-	8 890 578	-	8 890 578
AB SICAV I-Int Health Care I Eur	1 182 939	-	(68 049)	1 114 890	-	1 114 890
AXA World Funds US High Yield Bonds	1 315 949	117 907	-	1 433 856	-	1 433 856
Aberdeen Standard SICAV I - Frontier Markets Bond	3 577 375	914 674	-	4 492 048	-	4 492 048
Algebris UCITS Funds plc-Algebris Financial Credit	1 215 579	115 628	-	1 331 207	-	1 331 207
Alma Eikoh Japan Large Cap Equity	1 074 860	56 598	-	1 131 458	-	1 131 458
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	4 287 471	153 588	-	4 441 059	-	4 441 059
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	8 380 406	508 640	-	8 889 046	-	8 889 046
DWS Floating Rate Notes Fcp Ic Eur	4 317 841	307 907	-	4 625 748	-	4 625 748
DWS Invest-CROCI Japan	1 094 827	131 678	(80 201)	1 146 304	-	1 146 304
Fisher Invt Instl US Small & Mid-Cap Core Eq USD	3 247 760	90 768	(314 328)	3 024 200	-	3 024 200
GAMCO International SICAV - Merger Arbitrage - I	6 313 805	461 968	-	6 775 773	-	6 775 773
GS EMRG MRKT CORP BD PT I HA	1 877 011	129 588	-	2 006 599	-	2 006 599
GS EURO CREDIT - I CAP EUR	14 957 738	1 918 916	-	16 876 654	-	16 876 654
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	763 767	100 362	-	864 128	-	864 128
JAN HND PAN EUR- H EUR ACC	1 651 811	584 798	-	2 236 610	-	2 236 610
Janus Hend-MLT SC INC-H2 HEU	3 393 222	156 917	-	3 550 139	-	3 550 139
Janus Henderson GLB-Life Scienc FD H2 EUR	1 244 830	62 917	-	1 307 747	-	1 307 747
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	7 457 005	599 443	-	8 056 448	-	8 056 448
New Capital US Small Cap Growth USD Inst Acc	3 849 686	225 319	(401 550)	3 673 455	-	3 673 455
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	15 573 497	1 226 836	-	16 800 332	-	16 800 332
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	10 211 810	74 050	-	10 285 860	-	10 285 860
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	1 296 072	153 178	-	1 449 250	-	1 449 250
BGF-USD HIGH YLD BD HED-ED2	1 317 754	130 032	-	1 447 786	-	1 447 786
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	4 854 827	16 312	-	4 871 140	-	4 871 140
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	20 445 727	1 769 300	-	22 215 026	-	22 215 026
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	14 358 452	1 883 923	-	16 242 375	-	16 242 375
DPAM B BND EUR GVT-F EUR ACC	21 369 677	-	(87 754)	21 281 923	-	21 281 923
DWS Invest - Artificial Intelligence US	3 652 726	591 629	(205 930)	4 038 425	-	4 038 425
European Specialist Investment funds M&G European	14 279 081	1 871 789	-	16 150 870	-	16 150 870
Fidelity-Usd Bnd-I Acc Eur H	3 132 747	101 435	-	3 234 182	-	3 234 182
Henderson Gart -UK AB RE-IEAH	4 626 637	160 596	-	4 787 233	-	4 787 233
Invesco-Asia Equity-Z Eur ACC	2 471 547	301 601	-	2 773 148	-	2 773 148
JPM Japan Equity (C) ACC EUR	1 105 172	-	(234)	1 104 938	-	1 104 938
Magna New Frontiers FD-G Eur	1 858 538	1 317 535	-	3 176 073	-	3 176 073
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV	13 573 814	1 577 286	-	15 151 100	-	15 151 100
Nomura -US High YLD BD -I H	1 312 301	131 589	-	1 443 891	-	1 443 891
PIMCO GIS-INCOME FUND-INSEHA	3 393 455	180 851	-	3 574 306	-	3 574 306
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	20 890 130	1 402 412	-	22 292 542	-	22 292 542
THREADNEEDLE (LUX) AMER SML COM FD IE EU	3 102 687	621 478	-	3 724 165	-	3 724 165
WELLINGTON EURO HIGH YIELD BD FD S EUR	7 878 886	362 091	-	8 240 978	-	8 240 978
Wellington Strategic European EQ-S EUR AC	1 537 556	645 797	-	2 183 353	-	2 183 353
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	23 170 237	836 406	-	24 006 643	-	24 006 643
AMUNDI MSCI JAPAN-ACC ETF	1 962 248	9 116	-	1 971 365	-	1 971 365
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	7 034 496	304 305	-	7 338 802	-	7 338 802
Amundi MSCI AC Asia Pacific Ex Japan	4 414 232	22 540	-	4 436 772	-	4 436 772
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	10 046 130	718 920	-	10 765 050	-	10 765 050
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	9 070 430	1 764 337	(711 690)	10 123 077	-	10 123 077
L&G CYBER SECURITY UCITS ETF	1 047 914	-	(73 633)	974 281	-	974 281
Lyxor ETF S&P 500-A	5 439 936	207 302	-	5 647 238	-	5 647 238
X IE Physical Gold Etc Eur	3 796 262	428 608	-	4 224 870	-	4 224 870
	318 042 325	25 725 984	(1 943 371)	341 824 938	-	341 824 938
<i>OIC domiciliados E. não membro UE</i>						
BARING CAP EU HIGH YLD-B EUR	7 479 518	527 762	-	8 007 279	-	8 007 279
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	1 272 276	187 227	-	1 459 503	-	1 459 503
iShares MSCI ERP MID CAP-ACC	8 261 341	229 312	-	8 490 653	-	8 490 653
iShares JPM EM LCL GOV BND	4 183 361	202 924	(121 050)	4 265 234	-	4 265 234
iShares Markit IBOXX EUR HY-ETF	673 419	-	(291)	673 128	-	673 128
SPDR S&P 500 Eur Hedge ACC	2 449 420	28 486	-	2 477 906	-	2 477 906
	24 319 335	1 175 710	(121 342)	25 373 703	-	25 373 703
TOTAL	382 746 124	28 430 698	(2 104 948)	409 071 874	271 785	409 343 660

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	9 364 030	585 617 727	590 292 762	4 688 994
TOTAL	9 364 030	585 617 727	590 292 762	4 688 994

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

Os rendimentos obtidos por fundos de poupança reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos em sede de IRC.

No entanto, serão tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total, considerando-se como tal os fundos de poupança reforma, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	104 948	88 870	193 818	640 813	271 785	-	912 598
Direitos	-	817 494	817 494	-	-	-	-
Unidades de participação	15 752 645	11 307 095	27 059 740	-	-	229 845	229 845
Instrumentos de dívida	-	-	-	33 719	1 345	-	35 064
Depósitos	-	-	-	85 922	416	-	86 338
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	1 426 182	1 426 182	-	-	-	-
Futuros de moeda	-	10 567 879	10 567 879	-	-	-	-
Taxa de Juro							
Futuros	-	8 452 087	8 452 087	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	38 356 867	38 356 867	-	-	-	-
TOTAL	15 857 593	71 016 476	86 874 069	760 454	273 546	229 845	1 263 845

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	47 566	25 451	73 016	-	-	-
Direitos	-	3 340 795	3 340 795	-	-	-
Unidades de participação	558 839	2 523 771	3 082 610	-	-	-
Depósitos	-	-	-	2 249	-	2 249
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	4 897 268	4 897 268	-	-	-
Futuros de moeda	-	12 180 041	12 180 041	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	8 631 235	8 631 235	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	38 149 261	38 149 261	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	4 183 230	-	4 183 230
de Depósito	-	-	-	250 995	-	250 995
de Supervisão	-	-	-	60 281	-	60 281
de Carteira de títulos	-	-	-	264 073	-	264 073
Outras	-	-	-	4 002	-	4 002
TOTAL	606 404	69 747 823	70 354 227	4 764 830	-	4 764 830

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	173 548	191 780
TOTAL	173 548	191 780

10. RESPONSABILIDADES

A 31 de dezembro de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €2.000.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	796	-	-	-	-	-	796
DKK	2 996	-	-	-	-	-	2 996
GBP	801 584	-	-	-	-	-	801 584
JPY	211 892 636	-	-	-	-	-	211 892 636
SEK	3 775	-	-	-	-	-	3 775
USD	34 486 382	-	8 832 375	-	-	8 832 375	43 318 757
Contravalor Euro	31 421 361	-	7 516 915	-	-	7 516 915	38 938 276

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	1 318 304	-	-	-	-	1 318 304
de 1 a 3 anos	4 952 094	-	-	-	-	4 952 094
de 3 a 5 anos	6 005 903	-	-	11 168 617	-	17 174 520
de 5 a 7 anos	2 192 987	-	-	-	-	2 192 987
mais de 7 anos	704 654	-	-	21 218 560	-	21 923 214

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	6 301 881	-	6 301 881
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	4 335 818	1.04%	682	1.04%
Comissão de Depósito	260 991	0.06%	43	0.06%
Taxa de Supervisão	60 271	0.01%	10	0.01%
Custos de Auditoria	7 573	0.00%	1	0.00%
Encargos outros OIC	2 097 152	0.50%	330	0.50%
Outros Custos Correntes	10 637	0.00%	2	0.00%
TOTAL	6 772 441		1 067	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1.62%		1.62%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Poupança PPR/OICVM**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **5493006408SU82P2TX04**

Código do fundo (CMVM): **648**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?



Sim



Não

- | | |
|---|--|
| <p><input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <p><input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%</p> | <p><input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <p><input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimentos sustentáveis</p> |
|---|--|

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório o Fundo estava investido 6% em títulos de entidades privadas e 94% em fundos de investimento e ETFs.

A maioria dos fundos de investimento em carteira encontram-se classificados ao abrigo do artigo 8º do SFDR, não obstante a informação relativamente à exposição da carteira de ativos dos mesmos aos indicadores analisados é limitada, pelo que é considerada a informação prevista para estes fundos de acordo com a sua política de investimento em termos de sustentabilidade, nomeadamente no que

refere aos limites mínimos a que se comprometem de investimento em entidades alinhadas com características A/S e/ou sustentáveis.

À data de preparação deste relatório, das 75 entidades em que o fundo investe diretamente, 7 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 0,6% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2025.

A notação de rating ESG médio para a componente de ativos diretos deste Fundo no final de 2025 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de cerca de 91% dos dados das entidades privadas em que o fundo investe, ou seja, de cerca de 5,4% da carteira de ativos do Fundo. Destas 4% da totalidade dos ativos da carteira apresentavam risco negligenciável ou baixo, 1,2% apresentavam risco médio, 0,2% apresentavam risco alto e não existia qualquer exposição a risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos aos riscos associados à sustentabilidade ambiental foram os que menos contribuíram para o risco ESG do fundo, sendo responsáveis por apenas 13% desta notação, com os indicadores de gestão, prevenção e controlo da poluição a apresentarem o maior contributo negativo.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 41,5% desta notação, penalizada principalmente por questões relacionadas com privacidade e segurança de dado e, ética empresarial no setor bancário e gestão do capital humano e relações laborais.

Também a contribuir para o risco ESG da carteira estiveram os riscos relacionados com a componente de *governance*, nomeadamente com questões particulares de alguns emitentes em carteira relacionadas com o governo do produto em grande parte no setor bancário.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, em carteira ainda 3 entidades, correspondentes a 0,22% dos ativos do fundo, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

● Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.



ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2025.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Baixo</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	23,3%	9,4%	12,9%	20,1%	7,8%	11,7%	18,3%	7,4%	10,6%
	Uso de Água	14,3%	2,7%		11,1%	2,8%		11,1%	2,4%	
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	1,8%	0,2%		1,8%	0,2%		1,4%	0,1%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	11,3%	0,7%		11,3%	0,9%		11,3%	0,7%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	11,5%	0,9%	41,5%	8,3%	0,8%	45,3%	7,9%	0,7%	28,9%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	93,2%	9,8%		86,4%	10,3%		69,1%	5,8%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	21,4%	2,9%		18,2%	3,0%		17,7%	2,4%	
	Ética Empresarial	95,5%	10,8%		86,6%	11,5%		71,3%	7,2%	
	Corrupção	-	-		-	-		-	-	
	Relação com a comunidade	13,6%	1,5%		13,6%	1,8%		13,6%	1,5%	
	Privacidade e Segurança de Dados	84,1%	15,5%		80,4%	17,7%		64,5%	11,3%	
	Acesso a Serviços Básicos	0,9%	0,2%		0,9%	0,2%		-	-	
	Corporate Governance	97,1%	26,4%		26,4%	90,2%		28,0%	28,0%	
Outros	68,3%	19,1%	19,1%	64,6%	13,6%	13,6%	49,2%	8,0%	8,0%	
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	-	98,6%	98,6%	-	63,9%	63,9%
* Ativos do Fundo			5,4%			5,0%			1,7%	

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

A notação de rating ESG de “Risco Baixo” reflete o risco ESG da carteira de ativos emitidos por entidades privadas, que correspondem a 5,4% da carteira de ativos do fundo. Esta notação resultou maioritariamente de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 5% da carteira de ativos diretos. Destes cerca de 1,7% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis.

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	Nível de Cobertura			Promoção Características A/S		Sustentáveis		
		Nº Fundos	Nº Fundos Analisados	% Ativos	% Fundos Analisados	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira	Média por fundo ⁽¹⁾	Contribuição para a Carteira
	artº 6º	15	-	19,5%	-	-	-	-	-
	artº 8º	49	49	74,6%	74,6%	68,4%	51,2%	26,8%	7,5%
	artº 9º	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-
	n.d.	0	0	0,0%	0,0%	-	-	-	-
	TOTAL	64	49	94,0%	74,6%	68,4%	51,2%	26,8%	7,5%

(1) Média dos fundos cobertos

Relativamente à componente de investimento indireto, ou seja, investimento através de outros OICs, correspondente à grande maioria dos ativos do Fundo, ou seja, a 94% da carteira de ativos do Fundo, 19,5% são constituídos ao abrigo do artigo 6º do SFDR, ou seja, sem objetivo de promoção de características A/S ou de investimento sustentável não apresentando assim qualquer contribuição para esta tipologia de ativos e 74,6% ao abrigo do artigo 8º, com objetivo de promoção de alguma característica ambiental e ou social e com uma alocação média de 68,4% a ativos considerados alinhados com características A/S e 26,8% sustentáveis.

A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis ou liquidez.

... e em relação a períodos anteriores?

Relativamente à componente de ativos diretos, verificou-se a manutenção da notação em “Risco Baixo” para a componente de ativos diretos da carteira, com a seguinte alocação:

Rating ESG	2024	2025
Risco Negligenciável	0,4%	0,8%
Risco Baixo	3,6%	3,2%
Risco Médio	1,9%	1,2%
Risco Alto	0,2%	0,2%
Risco Severo	0,0%	0,0%
Total	6,1%	5,4%

Quanto aos indicadores analisados para a componente de investimento direto, destaque para uma melhoria nos indicadores idiossincráticos e uma deterioração principalmente nos indicadores relacionados com “Ética Empresarial” e deterioração dos indicadores idiossincráticos.

		Notação de Rating ESG:	Risco Baixo	Risco Baixo
		Rating ESG		
Indicadores de Sustentabilidade		Variação	Contribuição	
			2024	2025
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição		8,0%	9,4%
	Uso de Água		1,5%	2,7%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas		0,6%	0,2%
	Proteção e Restauo da Biodiversidade e dos Ecossistemas		0,9%	0,7%
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos		0,6%	0,9%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais		9,5%	9,8%
	Saúde e Segurança no Trabalho		3,2%	2,9%
	Ética Empresarial		18,2%	10,8%
	Corrupção		0,2%	0,0%
	Relação com a comunidade		2,5%	1,5%
	Privacidade e Segurança de Dados		15,7%	15,5%
Corporate Governance	Corporate Governance		27,1%	26,4%
Outros	Outros		11,8%	19,1%
TOTAL		-	100,0%	100,0%
% Ativos do Fundo		-	6,1%	5,4%
Promoção Características A/S		-	5,1%	5,0%
Sustentáveis		-	3,8%	1,7%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Quanto à evolução do investimento através de fundos e ETFs, a mesma foi a seguinte:

Fundos/ETFs	Enquadramento SFDR	2024			2025		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	artº 6º	19,2%	-	-	19,5%	-	-
	artº 8º	72,0%	50,3%	9,7%	74,6%	51,2%	7,5%
	artº 9º	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	n.d.	1,1%	-	-	0,0%	-	-
TOTAL		92,3%	50,3%	9,7%	94,0%	51,2%	7,5%

Apesar do aumento do investimento através de fundos e ETFs, a exposição a fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR, ou seja, fundos com objetivo de promoção de características A/S, aumentou de 72% no final de 2024 para 74,6% no final de 2025, por contrapartida de fundos sem qualquer objetivo a promoção de características A/S nem de investimento sustentável.

Não obstante deste aumento a fundos com objetivo de promoção de características A/S, verificou-se uma diminuição da quota-parte mínima detida em entidades sustentáveis entre 2024 e 2025, de 9,7% para 7,5%, tendo aumentado o valor em ativos alinhados com características A/S e sustentáveis de 50,3% para 51,2%.

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

	% Ativos	2024	2025
Alinhados com características A/S		55,4%	56,2%
Sustentáveis		13,4%	9,2%

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rentabilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade.

Para isso, para a componente de ativos diretos do fundo, foram analisados os indicadores de sustentabilidade e as notações externas de rating ESG das entidades emitentes, simultaneamente com os tradicionais fatores financeiros, procurando, sempre que possível, reforçar o compromisso de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Relativamente à seleção de fundos de investimento e ETFs, a entidade gestora, durante o seu processo de investimento e *due-diligence* às sociedades gestoras dos OICs elegíveis, incorpora, conjuntamente com a análise ao comportamento do fundo, fatores ESG, procurando investir naqueles que, em igualdade de circunstâncias, considerem fatores de sustentabilidade quer ao nível do OIC quer ao nível da sociedade.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Relativamente à componente de ativos diretos, apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, para a componente de ativos diretos, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

- i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos.

Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.

- ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.

Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freedom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de

jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em:

https://www.imga.pt/media/6346/declaracao_principais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Direitos Humanos.

Quanto à componente de investimento indireto, ou seja, através de fundos e ETFs, a análise do princípio “*não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*” é considerada por cada sociedade gestora dos fundos artigo 8º alvo de investimento, de acordo com a suas metodologias internas.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio “*Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável*” previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

Para o investimento através de fundos e ETFs, dependendo da metodologia adotada por cada sociedade gestora para aferição das métricas de sustentabilidade dos fundos sob sua gestão, podem ou não ser considerados os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, sendo que os mesmo fazem parte das metodologias adotadas pela generalidade das sociedades gestoras para gestão dos fundos constituídos ao abrigo do artigo 8º do SFDR. Compete a cada sociedade gestora e para cada fundo gerido, consoante os seus objetivos em termos ESG determinar quais os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade mais relevantes para a análise, selecionando, para além dos indicadores mandatórios (indicadores sobre emissões de gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, emissões para o meio aquático, emissão de resíduos radioativos, e indicadores sociais sobre questões sociais e laborais) indicadores adicionais quer na ótica ambiental como social.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, o Fundo tem em consideração os diversos indicadores

ambientais e sociais, integrados na metodologia de rating para análise da componente de investimento direta. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

A IMGA, em cumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente em cumprimento da divulgação dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade prevista pelo Regulamento Delegado (EU) 2022/1288, divulga os indicadores considerados para a carteira consolidada de ativos. Não obstante, reconhecendo a importância que estes indicadores poderão ter para uma análise informada dos investimentos do fundo, inclui neste ponto o desempenho da carteira de ativos no final do ano corrente e do ano anterior, medida pela soma da quota parte do fundo, proporcional ao investimento em cada entidade, para os indicadores considerados relevantes cuja cobertura de dados seja suficiente para permitir esta análise. Não obstante, a incorporação destes mesmos indicadores para a componente de investimento através de fundos e ETFs está dependente da divulgação destes dados pelas sociedades gestoras, sendo o seu nível de cobertura bastante reduzido.

Quadro 1

Descrição dos principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
INDICADORES SOBRE O CLIMA E OUTROS INDICADORES RELACIONADOS COM O AMBIENTE				
Emissões de gases com efeito de estufa				
1. Emissões de gases com efeito de estufa	53 958	6%	40 174	5%
Emissões de GEE de categoria 1	4 961	6%	1 276	6%
Emissões de GEE de categoria 2	683	6%	226	6%
Emissões de GEE de categoria 3	48 339	6%	38 673	5%
2. Pegada de carbono (ton CO2eq/mEUR investimento no fundo)	128	0%	98	83%
3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento (ton CO2eq/mEUR investimento)	126	5%	266	5%
4. Quota parte das atividades no setor dos combustíveis fósseis	7,8%	6%	0,0%	6%
5.1 Quota-parte do consumo de energias não renováveis	497,4%	4%	4,0%	5%
5.2 Quota-parte da produção de energias não renováveis	93,2%	2%	0,7%	2%
Biodiversidade				
7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (% AUMs)	7,74%	6%	4,42%	6%
Resíduos				
9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos (ton/mEUR investimento)	78	6%	37	5%
INDICADORES RELACIONADOS COM AS QUESTÕES SOCIAIS E LABORAIS, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO				
Questões sociais e laborais				
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	0,1%	6%	0,0%	6%
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	4,2%	6%	2,5%	5%
13. Diversidade de género nos conselhos de administração (% mulheres)	4,0%	4%	3,2%	5%
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas - % AUMs)	0,0%	6%	0,0%	6%

Quadro 2

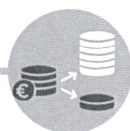
Indicadores adicionais sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Emissões				
4. Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono (% AUMs)	3,7%	6%	2,6%	6%
Água, resíduos e emissões materiais				
7. Investimentos em empresas sem políticas de gestão dos recursos hídricos (% AUMs)	7,5%	6%	8,1%	5%
9. Investimentos em empresas produtoras de químicos (% AUMs)	0,2%	6%	0,1%	6%
10. Atividades com potencial impacto na degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos (%)	1,5%	6%	1,7%	6%
12. Investimentos em empresas sem práticas sustentáveis de exploração dos mares ou dos oceanos (% AUMs)	11,3%	6%	8,5%	5%
13. Resíduos não reciclados (ton/m EUR investimento)	0,1	3%	0,1	3%
14. Atividade com potencial impacto em espécies naturais e áreas protegidas (% AUMs)	0,3%	6%	0,2%	6%
15. Entidades sem políticas de gestão da desflorestação (% AUMs)	9,5%	6%	7,6%	5%
Títulos verdes				
sustentáveis do ponto de vista ambiental	7,8%	7%	8,7%	6%

Quadro 3

Indicadores adicionais relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Questões sociais e laborais				
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (% AUMs)	1,9%	6%	1,4%	5%
4. Ausência de código de conduta de fornecedor (% AUMs)	0,4%	6%	0,0%	6%
5. Ausência de mecanismos de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais (%)	11,8%	6%	9,2%	5%
6. Proteção insuficiente dos autores de denúncias (% AUMs)	0,0%	6%	0,1%	6%
7. Numero de incidentes de discriminação	0	6%	0	6%
7. Numero de incidentes de discriminação que resultaram na aplicação de sanções	0	6%	0	6%
Direitos humanos				
9. Ausência de política de direitos humanos (% AUMs)	0,3%	6%	0,1%	6%
10. Ausência de diligência devida (% AUMs)	2,6%	6%	1,6%	5%
11. Ausência de processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos (% AUMs)	0,3%	6%	0,1%	6%
12. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho infantil (% AUMs)	0,8%	6%	0,2%	6%
13. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado o (% AUMs)u	0,7%	6%	0,3%	6%
14. Número de casos identificados de problemas e incidentes graves de desrespeito dos direitos humanos	0	6%	0	6%
Luta contra a corrupção e o suborno				
15. Ausência de políticas de luta contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	6%	0,0%	6%
16. Casos de medidas insuficientes de combate a violações das normas contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,2%	6%	0,0%	6%
17. Número de condenações por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	6%	0	6%
17. Multas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	67641	6%	0	6%



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem os maiores investimentos efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

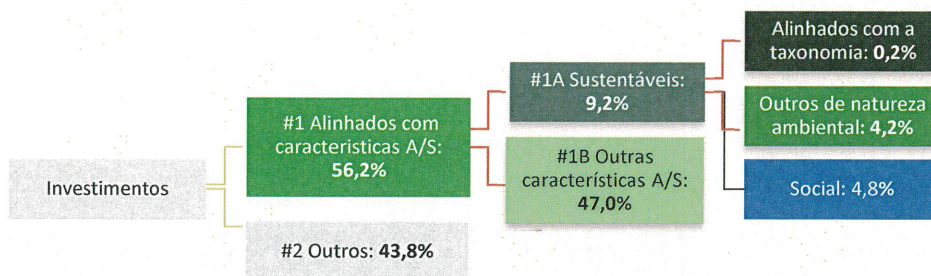
Investimentos mais avultados	Sector	% de ativos
Parvest Euro Gov Bond - I (SICAV)	Unidades de Participação	5,59%
BlueBay Inv GR Euro GV-CEUR	Unidades de Participação	5,56%
GS EURO CREDIT- I CAP EUR	Unidades de Participação	4,34%
European Specialist Investment funds M&G European	Unidades de Participação	4,23%
Schroder Intl Eur GV BD C AC	Unidades de Participação	4,23%
BlueBay Investment Grade Bond Fund I EUR	Unidades de Participação	4,18%
Ostrum SRI Credit Ultra Short Plus N1 Cap	Unidades de Participação	4,14%
Morgan Stanley Euro Corporate Bond Fund - Z (SICAV)	Unidades de Participação	3,91%
Vanguard-Euroz IN LK IND-IN - UCITS	Unidades de Participação	2,49%
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	Unidades de Participação	2,46%
Candriam Bonds Floating Rate Notes-I	Unidades de Participação	2,11%
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	Unidades de Participação	1,96%
WELLINGTON EURO HIGH YIELD BD FD S EUR	Unidades de Participação	1,76%
LAZARD EURO CORP HI YID-PVC	Unidades de Participação	1,69%



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Setor	Subsetor	% Ativo
Unidades de Participação	Unidades de Participação	91,4%
Banks	Diversified Banks	2,2%
	Regional Banks	1,3%
	Thriffs and Mortgages	0,1%
Liquidez	Liquidez	2,6%
Utilities	Multi-Utilities	0,2%
	Gas Utilities	0,2%
	Electric Utilities	0,1%
	Independent Power Production and Traders	0,1%
Diversified Financials	Investment Banking and Brokerage	0,2%
	Consumer Finance	0,2%
	Asset Management and Custody Services	0,1%
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	0,3%
Machinery	Heavy Machinery and Trucks	0,1%
	Agricultural Machinery	0,1%
Insurance	Property and Casualty Insurance	0,1%
	Diversified Insurance Services	0,0%
Asset Backed Securities	Other ABS	0,1%
Transportation Infrastructure	Highways and Railroads	0,1%
Healthcare	Medical Services	0,1%
	Medical Devices	0,0%
Textiles & Apparel	Luxury Apparel	0,1%
Automobiles	Automobiles	0,1%
Chemicals	Industrial Gases	0,0%
	Specialty Chemicals	0,0%
Retailing	Department Stores	0,1%
Food Products	Soft Drinks	0,1%
Basic Materials	Chemicals	0,0%

Commercial Services	Facilities Maintenance	0,0%
Transportation	Air Freight and Logistics	0,0%
Auto Components	Auto Parts	0,0%
Pharmaceuticals	Pharmaceuticals	0,0%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?

Sim:

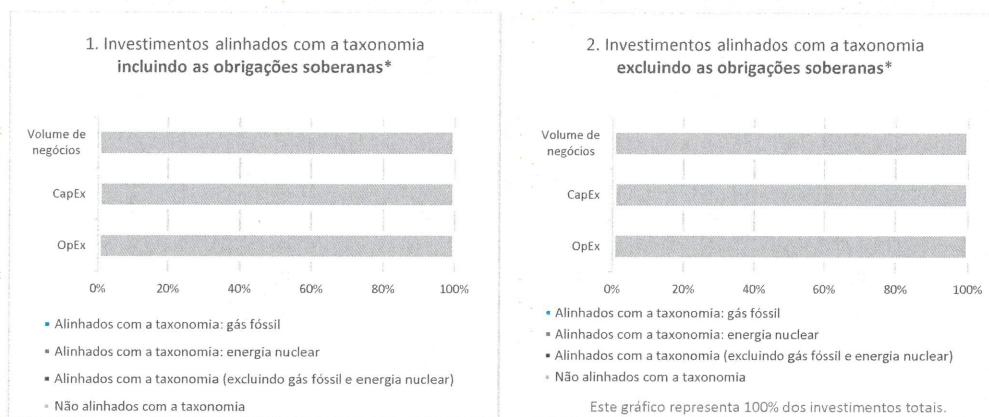
Gás fóssil Energia nuclear

Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?


No que respeita à percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes, verifica-se que os investimentos diretos do Fundo representam apenas 5,4% do total dos ativos. Deste universo, apenas 3,8% das entidades objeto de investimento direto reportavam informação ao abrigo da Taxonomia da União Europeia no final do período de referência. Considerando exclusivamente essas entidades, apenas 0,2% das vendas médias correspondiam a atividades

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



alinhadas com a Taxonomia da UE, repartidas entre 0,1% relativas a atividades próprias alinhadas e 0,1% associadas a atividades capacitantes.

Relativamente à componente da carteira investida em fundos de investimento e ETF, não se encontra disponível informação compilada, consistente e de fácil acesso que permita identificar ou quantificar investimentos em atividades de transição ou capacitantes, em virtude das limitações de divulgação por parte das respetivas sociedades gestoras.

 **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

No que se refere à comparação da percentagem de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE face a períodos de referência anteriores, constata-se que este indicador se manteve bastante reduzido, situando-se em torno de 0,2% e incidindo sobre uma parcela residual da carteira do Fundo. Atendendo a que a quase totalidade dos investimentos é realizada através de unidades de participação de outros fundos e considerando a inexistência de dados suficientes, consistentes e comparáveis divulgados pelas sociedades gestoras subjacentes, não é possível efetuar uma análise comparativa fiável com períodos anteriores.

 São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

De igual modo, não é possível apurar a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social, uma vez que as sociedades gestoras dos fundos subjacentes não disponibilizam informação suficientemente detalhada que permita identificar e quantificar investimentos sustentáveis com objetivo ambiental.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Sendo o Fundo constituído, quase na sua totalidade, por unidades de participação de outros fundos, para os quais não é possível obter a discriminação sobre a origem ambiental ou social dos investimentos sustentáveis, não é possível determinar qual a percentagem de investimentos objetivo social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e obrigações de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG, bem como a quota-parte dos fundos de investimento e ETFs não consideradas sustentáveis ou alinhados com características A/S. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade, conseqüentemente está presente na componente de investimento direto do fundo. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Neste sentido, não foram identificadas situações de *non-compliance* com normas e princípios internacionais. Existiam,

no entanto, em carteira 3 entidades, correspondentes a 0,3% dos ativos, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Para a componente de investimento indireta, ou seja, através de fundos e ETFs, compete a cada sociedade gestora garantir que as salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social são cumpridas, de forma a garantir a elegibilidade do fundo.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Procurou-se ainda incrementar a exposição a fundos geridos por sociedades gestoras que incorporem características ESG no seu processo de gestão.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

A handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Poupança PPR / OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 419 090 666 euros e um total de capital do OIC de 416 225 154 euros, incluindo um resultado líquido de 13 082 935 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Poupança PPR / OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

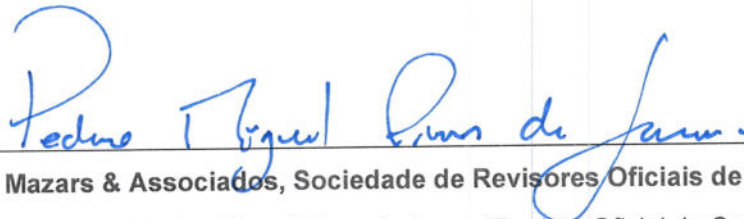
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)